



**Denise Pereira  
(Organizadora)**

# **A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Denise Pereira**  
(Organizadora)

# A Transversalidade da Prática do Profissional de História 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T772 A transversalidade da prática do profissional de história 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Transversalidade da Prática do Profissional de História; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-283-8

DOI 10.22533/at.ed.838192504

1. História – Estudo e ensino. 2. Prática de ensino. 3. Professores de história – Formação I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 907

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o ensino de História vem se consolidando enquanto campo de pesquisa, principalmente a partir da década de 1980, e as linhas de pesquisa, mormente, estão ligadas às metodologias de ensino, ao livro didático ou, ainda, às políticas públicas de inserção desses temas no currículo escolar. Neste modo, falar de transversalidade na prática do profissional de História, é observar a ligação aproximada da escola da realidade vivida pelos alunos, ou seja, trazer as disciplinas, os professores, os conteúdos escolares e aproximá-los do mundo do estudante. Dessa maneira, os alunos teriam uma aprendizagem significativa e seriam vistos com sujeitos históricos.

Os temas transversais são abordados recorrentemente a partir da proposta do trabalho interdisciplinar. O fato recorrente nessas abordagens interdisciplinares é que cada disciplina/campo se preocupa com seu recorte específico sobre o tema, o que acaba fragmentando-o ainda mais.

A aplicação dos temas transversais acontece a partir da renovação nos métodos, conceitos e didáticas no campo da pesquisa em História. Neste e-book temos a compreensão da realidade e a afetiva participação do indivíduo a partir de dados e noções relativos ao seu cotidiano, ao seu universo, fazem com que a campo do historiador a passe a ser considerada como um espaço de conhecimento e reconhecimento, onde por intermédio das diversas outras áreas de pesquisa se concretize como construtor de sua própria história.

Aqui diversos pesquisados do campo da História, trabalharam com a proposta de temas transversais em várias áreas baseadas em eixos temáticos, tais como: cultura, religião, educação, arte, cinema, gênero, entre muitos outros.

Boa leitura.  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LER PARA NÃO ESQUECER: DENÚNCIA E RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NO ROMANCE O PARDAL É UM PÁSSARO AZUL DE HELONEIDA STUDART	
<a href="#">Ioneide Maria Piffano Brion de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>10</b>
LER, ESCREVER E VOTAR: A REFORMA DO DIREITO ELEITORAL NO BRASIL IMPÉRIO (1860-1881)	
<a href="#">Kátia Sausen da Motta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
LITERATURA DE CORDEL: UMA POSSIBILIDADE PARA ENSINAR HISTÓRIA A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
<a href="#">Luciana de Moraes Trombeta</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
MEDIÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES	
<a href="#">Priscila Lopes d'Avila Borges</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
MÍDIA IMIGRANTE E OBITUÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE PRÁTICAS DE LAZER PRESENTES NO JORNAL UCRANIANO PRACIA	
<a href="#">Angélica Szeremeta</a>	
<a href="#">Alfredo Cesar Antunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
"O DEFENSOR DOS DIREITOS DO POVO". CIDADANIA, DEMOCRACIA, LIBERALISMO E REPÚBLICA NO JORNAL "A LIBERDADE"	
<a href="#">Mariana Nunes de Carvalho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925046</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS DE 1755: ECONOMIA, TRABALHO E POLÍCIA NO REFORMISMO LUSO-BRASILEIRO	
<a href="#">Bianca Racca Musy</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
<a href="#">Rosimeire Gonçalves</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925048</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>83</b>
O ESPAÇO DO SAGRADO E O ESPAÇO DO TRABALHO NOS VITRAIS DA CATEDRAL DE CHARTRES (FRANÇA – SÉCULO XIII)	
Debora Santos Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8381925049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>97</b>
O ESPECTADOR EMANCIPADO E O FIM PEDAGÓGICO DA ESTÉTICA/OBRA DE ARTE	
Michelle dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>107</b>
O MITO E A COMPOSIÇÃO VISUAL DOS ESPAÇOS	
Bruno Rodrigo Couto Lemos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>117</b>
O RENASCIMENTO CULTURAL MODERNO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DO LIVRO “O RENASCIMENTO” (NICOLAU SEVCENKO, 1988) - NOSSAS HERANÇAS E A CORRUPÇÃO NO BRASIL DE HOJE	
José Antonio de Andrade	
José Carlos Correia Cardoso Júnior	
Rafael Magalhães Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>126</b>
O SETOR AUTOMOTIVO NO GOVERNO JK: POLÍTICAS E EMPRESAS	
Fernando Marcus Nascimento Vianini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>138</b>
O TEATRO COMO FESTA: UMA INTRODUÇÃO À TEORIA TEATRAL DE GEORG FUCHS	
Beatriz Magno Alves de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>147</b>
O TOPÔNIMO PIRES DO RIO: A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA E O SURGIMENTO DE UMA CIDADE	
Cleber Cezar da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>156</b>
OS ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE MURIAÉ-MG	
Arthur da Costa Orlando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
POR UMA ARTE DO CULTIVO: AGRICULTURA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE ÍNDIOS E COLONOS NO PARÁ DAS DÉCADAS DE 1840-1880	
Francivaldo Alves Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250417</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
PROPRIEDADE, MOEDA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ELEMENTOS DA “NOVA ORDEM MUNDIAL” PRESENTES NA OBRA HISTÓRIA UNIVERSAL DE H. G. WELLS (1918-1920)	
<a href="#">Pedro Nogueira da Gama</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
REDE CAIÇARA DE CULTURA	
<a href="#">Bruno Tavares Magalhães Macedo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>204</b>
SENSIBILIDADES DE GÊNERO: NARRATIVAS SOBRE A MORTE E OS MORTOS	
<a href="#">Cícero Joaquim dos Santos</a>	
<a href="#">Rafael Gonçalves de Araújo</a>	
<a href="#">Antônio Carlos Dias de Oliveira</a>	
<a href="#">Teófilo Silva Primo Correia</a>	
<a href="#">Zuleide Fernandes de Queiroz</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
UM PROCESSO CRIMINAL NOS JORNAIS NEUTROS DO SÉCULO XIX: O ATENTADO CONTRA DOM PEDRO II	
<a href="#">George Vidipó</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>223</b>
UMA REGIÃO ESPORTIVA OS SUBÚRBIOS DO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	
<a href="#">Glauco José Costa Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.83819250422</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>231</b>

## MEDIAÇÃO EM FOCO: ESTUDO DE CASO DA EXPOSIÇÃO PERMANENTE DO PALÁCIO TIRADENTES

**Priscila Lopes d’Avila Borges**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ

**RESUMO:** Este artigo se propõe a apresentar algumas considerações sobre a relevância da mediação na Exposição Permanente do Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), através de um estudo realizado no ano de 2016. O trabalho salienta o protagonismo do mediador como peça chave na educação, compondo a narrativa museal para trazer à tona discussões subjacentes as provocações estéticas do centro cultural. Além disso, contemplamos uma breve apresentação sobre as relações entre o museu e a escola, destacando a importância de espaços de educação não formal no ensino de história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Mediação; Ensino de História; Palácio Tiradentes.

**ABSTRACT:** This article proposes to present some considerations about the relevance of mediation in the Permanent Exhibition of the Tiradentes Palace, seat of the Legislative Assembly of the State of Rio de Janeiro (ALERJ), through a study carried out in 2015. The work emphasizes the protagonism of the mediator as

key piece in education, composing the museum narrative to bring up discussions underlying the aesthetic provocations of the cultural center. In addition, we contemplate a brief presentation on the relations between the museum and the school, highlighting the importance of spaces of non-formal education in the teaching of history.

**KEYWORDS:** Education; Mediation; History teaching; Tiradentes Palace.

### 1 | INTRODUÇÃO

A discussão sobre os espaços de educação formais e não formais ganhou fôlego nas últimas décadas, ressaltando-se seus papéis individuais e coletivos na formação humana. Especificamente no ensino de história, o uso de espaços não formais, entendidos como lugares dedicados à atividades organizadas fora do sistema formal de educação, que operam separadamente ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a um público previamente identificado como aprendiz (MARANDINO, 2008, p.13), é uma ferramenta disseminada como fundamental, por reforçar imagetivamente os conteúdos discutidos em sala de aula e, permitir um ambiente de aprendizado com potencial para fortalecer o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem.

A escola, identificada com o conceito de educação formal, tem um papel fundamentado na pedagogia, já o museu possui e produz seus próprios saberes, podendo ou não, seguir as temáticas e abordagens típicas dos espaços escolares. Ambos, contudo, atendem a um conjunto de escolhas, intencionalidades e pesquisas, que constituem suas propostas e atuações. Segundo a lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22, a educação básica deve “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, ou seja, os objetivos da escola, segundo a lei, não se restringem a assimilação de conteúdos prefixados, “mas se comprometem a articular conhecimento, competências e valores, com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem-se das informações para a (...) efetiva transformação da sociedade” (BEZERRA, 2015, p.37). Superando, portanto, as concepções de uma pedagogia tradicional, identificada por Paulo Freire (1987) como uma “educação bancária”, na qual os alunos apenas recebem informações sem estímulo a formulação crítica, encaminhando-se para uma nova pedagogia onde os alunos tenham um canal de diálogo e produção de saberes com o professor.

A lei estabelece uma normativa contrária à apreensão sistemática de conteúdos, propondo a formação de cidadãos ativos. Neste sentido, o professor teria a função de agente dinamizador e orientador do trabalho do aluno, enquanto o qual trabalharia e executaria tarefas visando à aquisição de novos conhecimentos e desenvolvimento pessoal. A aplicação da lei, contudo, é deficiente, já que inúmeras escolas atendem aos interesses de preparação para o vestibular e outros concursos. Das diferentes concepções de escola resulta a oposição de princípios das funções de professor e aluno, segundo a lei e a prática efetiva. No artigo de Luís Oliveira (1996), observamos riquíssima fonte para compreensão dessas pretensas novas relações e de uma aprendizagem multidirecional.

(...) encontramos o movimento pela “educação nova” de que serão sinônimos “nova pedagogia”. Nesta escola, “os educandos, em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também”. Os princípios tradicionais da autoridade, da exposição e da memorização foram destronados em favor de novas evidências pedagógicas e científicas, oriundas principalmente da psicologia. O aluno passa a ser concebido como alguém que trabalha e executa tarefas concretas com vista à aquisição de conhecimentos, ao treino de competências e ao desenvolvimento pessoal. (HENRIQUES, 1996, p.77).

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (2015, p.57) o professor de história é o responsável por ensinar o aluno a valorizar e captar a diversidade de pontos de vista, dando condições para que os mesmos participem do processo de “fazer história”, isto é, empoderando o aluno enquanto sujeito histórico. O professor seria, por conseguinte, o promotor da união entre os saberes acadêmicos e pedagógicos, contribuindo na rede de geração de saberes escolares. O uso dos museus deveria ser repensado da matriz generalizada de representação de conteúdos para um campo ensino de competências

e habilidades, que sirvam aos interesses escolares, mas, sobretudo, a formação de sujeitos. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que nortearam a educação brasileira por mais de dez anos, ao tratar dos conhecimentos históricos, os problemas dos compromissos educacionais ligados ao patrimônio cultural, estão conectados ao direito a memória como parte da cidadania. O museólogo Mário Chagas contribui para a compreensão da educação em museus em suas obras, com leituras do papel do espaço como:

(...) campos privilegiados tanto para o exercício de uma imaginação criadora que leva em conta o poder das imagens, quanto para a dramaturgia do passado artístico, filosófico, religioso, científico - em uma palavra: cultural. É na moldura da modernidade que o museu se enquadra como palco, tecnologia e nave do tempo e da memória. Como palco, ele é espaço de teatralização e narração de dramas, romances, comédias e tragédias coletivas e individuais; como tecnologia ele se constitui em ferramenta de intervenção social; como nave ele promove deslocamentos imaginários e memoráveis no rio da memória e do tempo. Implicando na produção de novos sentidos e conhecimentos. (CHAGAS, 2013).

De acordo com o exposto na publicação *Cadernos e Diretrizes Museológicas* (2006, p.96) os museus são instituições interdisciplinares, que atuam em três campos: a preservação, a investigação e a comunicação, os mesmos se complementam, uma vez que “a preservação prolonga a vida útil dos bens culturais, assegurando-lhes a integridade física ao longo do tempo”, possibilitando o “acesso futuro às informações das quais os objetos são portadores”, por meio de “um processo de comunicação, no qual se estabelece uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o bem cultural testemunha de uma dada realidade”.

Os museus são instituições educadoras, tenham ou não um setor encarregado de ações educativas, eles exercem suas funções por meio da sua comunicação com diferentes públicos, entre eles o público escolar. A questão que se coloca é a difícil execução do papel do museu como dispositivo pedagógico, uma vez que muitos profissionais estão despreparados o uso educativo desses espaços. A experiência do corpo docente fica prejudicada e o valor do museu negligenciado pela ausência de uma mediação eficaz entre os saberes discutidos em sala de aula, as propostas das exposições e suas vivências particulares. Diversos problemas são passíveis de análise para explicar essa dificuldade, desde o desconhecimento dos professores acerca do conteúdo das exposições, até a falta de um material pedagógico no museu que esclareça seu conteúdo, porém é tácito que a educação no ambiente museal é uma prática que interessa não só ao espaço escolar, mas também ao próprio museu. Ademais, sem equalizar a educação museal e patrimonial, não devemos ignorar o potencial educativo do patrimônio musealizado. O Guia básico de educação patrimonial (1999), organizado por Maria de Lourdes Horta, apresenta a educação patrimonial como:

(...) um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao

O museu é um espaço privilegiado para construção de narrativas, contudo seu potencial educativo é frequentemente afetado pelo mau uso do seu espaço, neste sentido devemos entender o museu como um espaço de memórias e esquecimentos, selecionados para a construção de determinado discurso, que pode ser endossado ou desconstruído pelo professor/mediador. As exposições, em geral construídas com base em um conjunto de objetos, imagens e textos são capazes de informar e educar, a mediação é uma ferramenta valorosa para a formação neste contexto.

## **2 | PALÁCIO TIRADENTES: EVOCANDO MEMÓRIAS POLÍTICAS**

No estudo proposto pelo presente artigo temos como objeto de análise a mediação realizada na exposição permanente do Palácio Tiradentes, intitulada *Palácio Tiradentes - Lugar de memória do parlamento brasileiro*. A exposição foi inaugurada em 1998, desde então convive com o funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, e se propõe a retratar por meio de painéis, esculturas, pinturas e da própria arquitetura do prédio a história política brasileira do Império aos dias atuais, privilegiando em sua narrativa os textos constitucionais, além de oferecer informações sobre a região da Praça XV, na qual o edifício está situada, e sobre a sua própria construção e passado.

Conforme o exposto por Oswaldo Munteal Filho (2007) a exposição “sintetiza a trajetória política brasileira, oferecendo aos visitantes uma visão abrangente da importância desse espaço para a consolidação da democracia no Brasil”. A visita se destina a uma série de públicos, recebendo inclusive turistas estrangeiros, contudo o protagonismo do projeto fica a cargo da recepção de grupos escolares, para os quais, no caso das instituições de ensino públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro, eram oferecidos, no período do estudo apresentado, lanche e transporte aos alunos e professores. Segundo dados de relatórios internos, a instituição recebeu em 2015, 399 escolas de todo o Estado, totalizando 13.949 visitantes escolares.

Em virtude do convênio estabelecido entre a ALERJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001, as visitas eram mediadas por 20 estudantes de graduação em História e Ciências Sociais, os quais eram beneficiados pela experiência no contato com os alunos e professores das escolas, trabalhando em um espaço que propiciava o aprimoramento da prática profissional. Em 2017, o vínculo entre a Assembléia Legislativa e a UERJ foi rompido, em razão da crise financeira enfrentada pelo Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2018, as atividades de mediação foram retomadas integralmente, sendo executadas por alunos de graduação em História de diversas instituições de ensino superior.

O visitante que conhece a exposição sem a interferência do mediador pode apreciar sozinho os três corredores principais do Palácio, ler os textos informativos

dos painéis e observar obras de arte, sendo em seguida acompanhado ao terceiro andar, onde tem acesso ao Salão Nobre e ao Plenário da casa. A experiência em si é um deleite ao olhar, a arquitetura do Palácio encanta pelo refinamento e detalhismo, o entalhamento das paredes com folhas de café, a cúpula de vitrais representando o céu do dia da Proclamação da República, o piso de mosaico artesanal, as esculturas e pinturas suntuosas do Salão Nobre, a escadaria de mármore, tudo em si é um convite a sensibilização do público. Contudo a visita pode ser muito mais do que isso. O público escolar, bem como os grupos que solicitam as visitas mediadas, recebe uma abordagem mais enriquecedora sobre o espaço.

A visita mediada oferece a oportunidade da inserção das informações e problematizações trabalhadas ao longo da exposição tanto na história, enquanto disciplina escolar, quanto na introdução de temas políticos, uma vez que além da discussão histórica são trabalhados conceitos como cidadania, democracia e o papel dos três poderes, situando e alfabetizando o aluno politicamente, por meio de uma abordagem que extrapola a metodologia expositiva e se propõe a uma prática compartilhada, onde os mediadores interagem constantemente com os alunos, buscando referenciais tangíveis às suas realidades, graças a uma constante flexibilização de suas ações e roteiros, em benefício de seus interlocutores. Sendo assim, os dados coletados no espaço cultural integram-se ao papel formador da escola, permitindo que o aluno se torne sujeito de sua aprendizagem. O grande diferencial da visita ao Palácio Tiradentes é o caráter vivo do espaço, uma vez que no local não só se desenrolaram fatos cruciais para política brasileira tal qual a conhecemos, bem como ocorrem diariamente reuniões e debates centrais para o desenrolar da política fluminense, ou seja, o movimento de memória e esquecimento está em vigorosa tensão, evocando no imaginário social o tempo passado, presente e futuro.

Entendemos como premissa da parceria entre escola e museu que os professores preparem inicialmente os alunos para uma visita museológica, e que o museu entenda as necessidades de cada grupo escolar em suas especificidades. Não se trata da subordinação de um espaço ao outro, e sim do estabelecimento de um diálogo que viabilize a interação pedagógica das instituições. Eis um dos esteios da mediação na formação de professores – a consolidação da ponte institucional e educacional. O professor que conhece o trabalho em museus, sabe como instrumentalizar a utilização desses espaços, reconhece seu valor educativo e incentiva a escola na realização de atividades fora dos muros institucionais. Já o mediador que atua no museu, tendo licenciaturas, enxerga as potencialidades e anseios escolares, compreende melhor as dificuldades que envolvem a prática docente e, prepara-se em seu labor para uma possível atuação em sala de aula.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constatação dessas questões aponta à necessidade de construção de uma parceria a ser realizada institucionalmente entre museus e escolas, ou seja, apoiada por todas as instâncias que as compõem, que não dependa apenas de alguns poucos profissionais interessados. Durante as últimas décadas as instituições museais e espaços culturais mudaram suas abordagens de comunicação, passando por um processo de democratização, tendo como premissa a visão do público como ator central do processo, portanto, influente na construção das exposições, uma vez que as mesmas passam a ser pensadas no sentido de cativarem os visitantes.

(...) não basta apenas garantir a democratização do acesso aos museus brasileiros para assegurar o processo de aprendizagem. É preciso formar leitores críticos aptos à função, à compreensão de mensagens, à desconstrução de discursos, à contextualização das fontes, dentre outras habilidades. (COSTA, 2009).

Por conseguinte, a democratização dos museus é viável perante uma mediação adequada e um acesso eficaz aos seus dispositivos. A relação entre educadores no museu e na escola deve ocorrer de maneira dialógica e propositiva, onde cada um seja protagonista em seu papel de construção de uma aprendizagem efetiva. Nesse sentido é essencial que o museu possua propostas educativas claras e que o professor tenha em mente seus objetivos com a visita, garantindo mais que a memorização mecânica de conteúdos, a promoção de situações que possibilitem a formação de uma bagagem cognitiva para os alunos, que mantenha uma interlocução com os temas trabalhados em sala de aula e vivenciados no cotidiano social.

A comunicação, tanto na sala de aula quanto no museu, é um conceito central. Para comunicar são utilizados signos e linguagens, a mediação proporciona a ressignificação do objeto e funciona como uma ponte que viabiliza o encontro dos saberes do aluno e do espaço educacional. Além disso, o professor/mediador é o agente que age em meio às tensões do espaço (identidade e diferença, passado e presente, memória e esquecimento, poder e resistência), o qual possui o poder de problematizar o que está cristalizado em uma exposição discutindo as verdades escolhidas pelo museu e, incentivando o espírito crítico dos alunos quanto ao que vivenciam.

Para realizar seu papel como instituição cultural, o museu deve adequar sua linguagem e métodos educativos ao público, tornando suas mensagens inteligíveis ao público. Mais que sua inegável função social, o museu deve fortalecer seu compromisso com os usos feitos pelo público. Portanto, o acesso a espaços culturais é um passo, mas não um fim no caminho da educação museal, a mediação pode ser uma ferramenta frutífera no uso destes espaços como dispositivos de educação não formal.

### REFERÊNCIAS

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro. (org). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC. 2000.

**CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

CHAGAS, Mário. **Museus, educação e movimentos sociais: só a antropofagia nos une**. In: Revista Museu, maio de 2013.

COSTA, Carina Martins. **Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio**. In: Revista Mosaico. Rio de Janeiro: Cpdoc/FGV, 2009.

FILHO, Oswaldo Munteal. **História in Loco**. In: Revista Virtual de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11°. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENRIQUES, Luis Oliveira. **A comunicação na escola e no museu**. In: CADERNOS DE MUSEOLOGIA Nº 5 – 1996. p. 77

HORTA, Maria de Lourdes (org.). **Guia básico de educação patrimonial**. Petrópolis: Museu Imperial: IPHAN, 1999.

MARANDINO, Martha. **Educação em Museus: a mediação em foco**. São Paulo, SP:GEENF/FEUSP, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015. p.57.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**DENISE PEREIRA:** Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-283-8

